

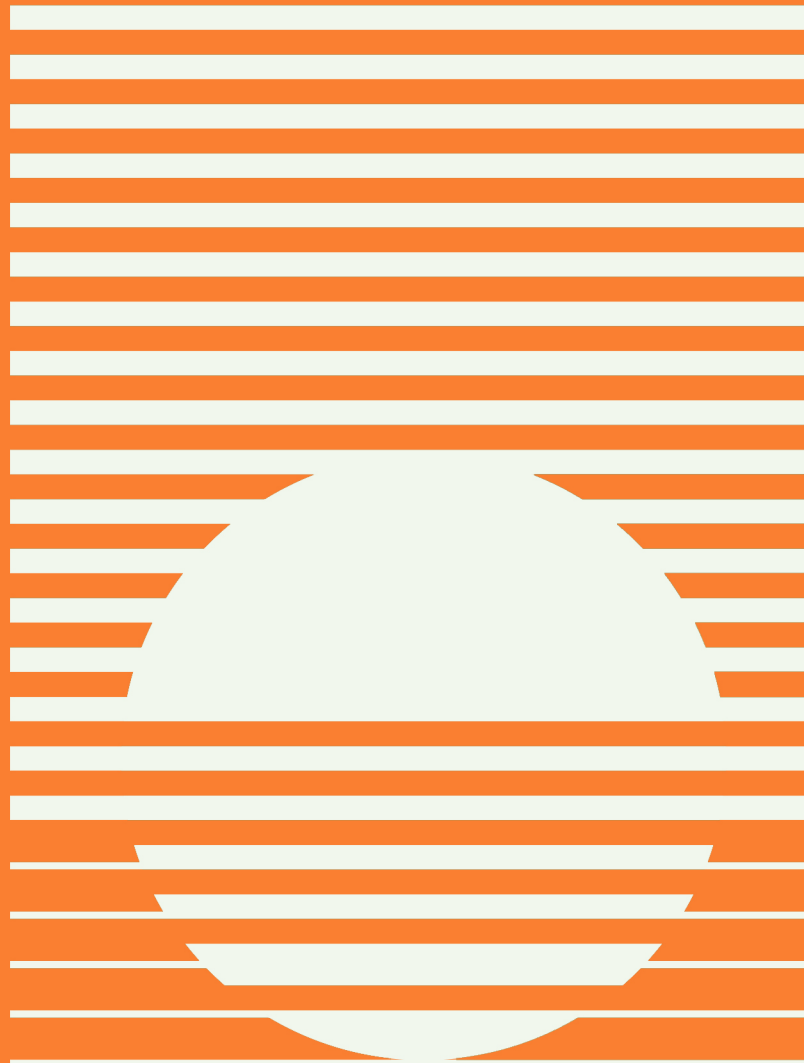
ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

06
2026



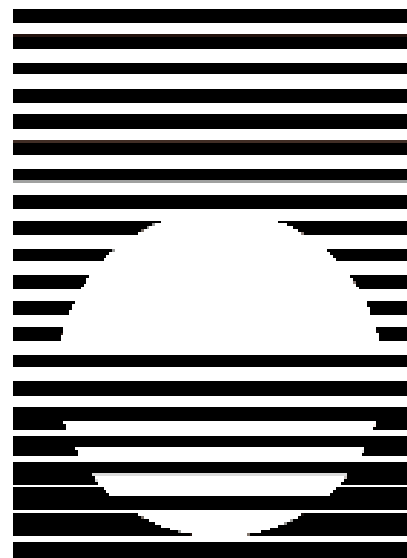
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz.

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Maria Clara Dutra, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA
opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

EUA mantêm hostilidades contra o Brasil

Brasil oficializa acordos do Mercosul com EFTA e Singapura, e bloco negocia parcerias com Canadá e Japão

Página 05

Argentina apresenta pedido de adesão ao Acordo de Parceria Transpacífica

Eleições presidenciais colombianas são marcadas por polêmicas e vitória do candidato da extrema-direita

Página 06

Keiko Fujimori vence eleição presidencial no Peru

Página 07

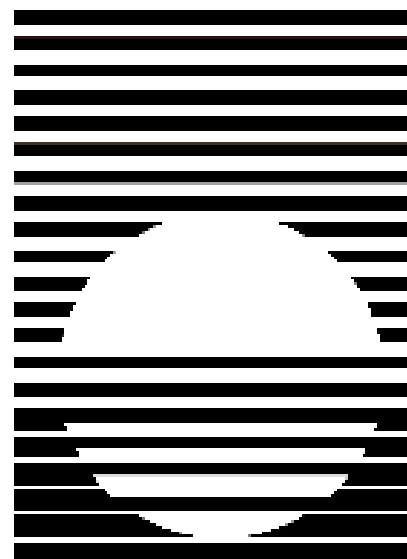
Terremotos na Venezuela são os mais letais na história do país

Noboa amplia regime de exceção e proteção legal a agentes estrangeiros em meio a contestações jurídicas e críticas da ONU

Uruguai fortalece sua liderança regional e a inserção global do país

Página 08

68ª Cúpula do Mercosul debate integração regional, terremotos na Venezuela, crise na Bolívia e “assimetrias” comerciais



EUA mantêm hostilidades contra o Brasil

A relação entre Brasil e EUA voltou a registrar uma escalada de tensões ao longo de julho. No dia 1º, o presidente Donald Trump anunciou a indicação de Daniel Perez para o cargo de embaixador dos EUA no Brasil. Perez é deputado estadual da Flórida e próximo a Marco Rubio dentro do Partido Republicano. Caso a nomeação seja aprovada pelo Senado dos EUA, encerrará um período de mais de 16 meses de ausência de um embaixador em Brasília. Além disso, também no dia 1º, o Escritório de Comércio dos EUA concluiu uma investigação comercial contra o Brasil, iniciada em 15 de julho de 2025, afirmando que práticas brasileiras relacionadas ao PIX, ao desmatamento ilegal e ao combate à corrupção seriam "irrazoáveis" e significariam práticas desleais, conforme a Seção 301 da Lei de Comércio do país. O relatório da investigação propôs à Casa Branca a imposição de uma tarifa de 25% sobre parte das exportações brasileiras aos EUA. Ampliando as hostilidades, no dia 2, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, declarou ao Senado americano que o Brasil não integra um grupo de países considerados amigáveis aos interesses dos EUA no hemisfério ocidental, ao lado de países como Cuba, Venezuela e Nicarágua. Rubio destacou que, atualmente, Washington busca fortalecer uma rede de governos alinhados diante do avanço da influência da China na região. Por sua vez, em uma crítica indireta aos EUA feita durante a cúpula do G7 em Évian-les-Bains, na França, entre 15 e 17 de julho, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva criticou o protecionismo e o unilateralismo nas relações internacionais e defendeu o respeito à soberania dos Estados. Lula também manteve a postura de diversificação de parcerias na política externa ao participar de reuniões com líderes do Japão e da União Europeia para discutir negociações de acordos comerciais com o Mercosul. Ainda durante a cúpula do G7, em fala à imprensa, Trump afirmou que Lula é uma pessoa "muito volátil", declarou que não se importa com o presidente brasileiro e classificou o Brasil como um país politicamente "complicado" e "perigoso". Por fim, no dia 24, às vésperas de uma audiência pública do Escritório de Comércio dos Estados Unidos marcada para 6 de julho para debater a proposta de tarifaço contra o Brasil, o Itamaraty criticou indiretamente a intenção de Flávio Bolsonaro de participar do processo como testemunha contra o governo federal. Segundo o Itamaraty, esse tipo de

audiência é destinado ao setor privado e à sociedade civil, de modo que a tentativa de "traidores da pátria" de influenciar o processo representaria uma interferência contrária aos interesses do Brasil.

Fontes: [BBC](#), 01/06/2026; [G1](#), 02/06/2026; [Folha de S. Paulo](#), 02/06/2026; [UOL](#), 15/06/2026; [Folha de S. Paulo](#), 15/06/2026; [UOL](#), 24/06/2026.

Brasil oficializa acordos do Mercosul com EFTA e Singapura, e bloco negocia parcerias com Canadá e Japão

Após o Brasil publicar o [Decreto N.12.958/2026](#) que promulgou o Acordo sobre Facilitação do Comércio do Mercosul, representantes do bloco se reuniram para avançar com as negociações para um Tratado de Livre Comércio com o Canadá. As tratativas contemplam áreas como comércio de bens e serviços, propriedade intelectual, comércio eletrônico, telecomunicações, desenvolvimento sustentável etc. A 10ª rodada de negociações, realizada em Toronto, contou com a participação de autoridades vinculadas aos Ministérios das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e da Agricultura, do lado brasileiro, e do Ministro de Comércio Internacional do Canadá, Maninder Sidhu. Segundo o representante do MDIC, Márcio Rosa, 60% do acordo já está acertado e ele espera que as negociações sejam concluídas ainda esse ano. Hoje, o Canadá é o oitavo principal destino das exportações brasileiras. Dando continuidade à agenda comercial, no dia 9 de junho, a Câmara dos Deputados do Brasil aprovou o acordo de livre-comércio assinado entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA). O texto, assinado em 2025, prevê isenção de tarifas para aproximadamente 97% das trocas entre Brasil e EFTA. No mesmo dia, os deputados também aprovaram o acordo Mercosul-Singapura, assinado em 2023, que prevê isenção tarifária imediata e integral da totalidade dos produtos exportados pelos sul-americanos ao país asiático. Na semana seguinte, o Senado brasileiro aprovou os dois acordos e depois eles foram oficialmente publicados. No Uruguai, ambas as casas legislativas aprovaram definitivamente o acordo com o EFTA, após a entrada em vigor bilateral do acordo com Singapura no início deste ano. No Paraguai, o acordo com o país asiático também já estava em vigor desde fevereiro, após conclusão de procedimentos legislativos internos. Já na Argentina, os dois instrumentos estão sendo avaliados pelos parlamentares. Na sequência dos acontecimentos, paralelamente à Cúpula do G7, realizada na França, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a primeira-ministra do

Japão, Takaichi Sanae, anunciaram o início das negociações para um Acordo de Parceria Econômica entre o Mercosul e o Japão. Na [declaração conjunta](#), foi destacado o Marco de Parceria Estratégica, acordado em dezembro de 2025, e a intenção de avançar em temas como comércio, investimento e posições comuns no contexto internacional. O novo marco da relação foi anunciado durante a 68ª Cúpula do Mercosul, realizada em Assunção, no Paraguai.

Fontes: [Agência Brasil](#), 08/05/2026; [UOL Notícias](#), 30/05/2026; [Mercosul](#), 01/06/2026; [Câmara dos Deputados](#), 09/06/2026; [Câmara dos Deputados](#), 09/06/2026, [Mercosul](#), 17/06/2026; [Agência Senado](#), 17/06/2026; [Agência Senado](#), 18/06/2026; [CNN Brasil](#), 24/06/2026.

Argentina apresenta pedido de adesão ao Acordo de Parceria Transpacífica

No dia 26 de junho de 2026, a Argentina formalizou o pedido de adesão ao Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP), bloco de livre comércio que reúne 12 economias da Ásia-Pacífico e das Américas, além do Reino Unido. A iniciativa faz parte da estratégia do governo de Javier Milei de ampliar a inserção internacional do país por meio da abertura comercial e da diversificação dos mercados de exportação, diminuindo a dependência do Mercosul. A medida, contudo, gera controvérsia do ponto de vista político e jurídico. De um lado, o governo sustenta que a adesão é compatível com sua agenda de liberalização econômica e poderá servir como instrumento para negociar maior flexibilidade dentro do Mercosul, permitindo acordos comerciais mais amplos no futuro. De outro lado, a oposição e setores industriais manifestam preocupação com os possíveis impactos sobre a indústria nacional, que passaria a enfrentar maior concorrência externa, além de questionarem a compatibilidade da iniciativa com as regras do Mercosul, que preveem negociações comerciais conjuntas entre os Estados-membros. Nos próximos anos, o pedido deverá passar por um longo processo de negociação e a sua aprovação dependerá tanto do consenso entre os membros do CPTPP quanto da definição da posição do Mercosul sobre o tema. À medida que busca ampliar o leque de parceiros comerciais, o governo de Javier Milei busca também diversificar as fontes de financiamento. Além dos acordos em curso com o FMI, a Argentina negociou junto ao Banco Mundial um pacote de garantias que permitirá ao país captar

até US\$ 2 bilhões em empréstimos comerciais nos mercados internacionais. Tais empréstimos poderão ser contraídos com juros mais acessíveis e prazos maiores para quitação do que normalmente a Argentina tem acesso, devido à baixa confiabilidade que o país tem no mercado internacional, Milei apresentou a medida como um novo sinal de confiança dos organismos multilaterais em seu programa econômico, destacando que ela facilitará o retorno do país aos mercados de crédito e fortalecerá a estabilidade financeira, enquanto críticos apontam que a estratégia amplia a dependência de financiamento externo e exige a continuidade das reformas fiscais e estruturais para preservar a credibilidade do país. Por fim, ainda na esteira do seu projeto ultraliberal, no dia 4 de junho, o presidente argentino publicou um artigo no Financial Times no qual defendeu que o desenvolvimento da inteligência artificial ocorra sem uma regulamentação precoce e excessivamente restritiva, argumentando que a inovação tecnológica prospera em ambientes de liberdade econômica. A iniciativa integra a estratégia do governo de atrair empresas de tecnologia e grandes investimentos por meio de um marco regulatório mais flexível. O posicionamento, entretanto, gerou críticas de especialistas e setores da oposição, que defendem a criação de salvaguardas para enfrentar riscos relacionados à privacidade, à desinformação e ao uso indevido de algoritmos pelas *big techs*.

Fontes: [CLARÍN](#), 03/06/2026; [INFOBAE](#), 03/06/2026; [INFOBAE](#), 04/06/2026; [VALOR ECONÔMICO](#), 16/06/2026.

Eleições presidenciais colombianas são marcadas por polêmicas e vitória do candidato da extrema-direita

No dia 31 de maio, cerca de 24 milhões de colombianos foram às urnas para o primeiro turno das eleições presidenciais. Superando as projeções de diversas pesquisas eleitorais, o representante da extrema-direita, Abelardo De la Espriella, foi o primeiro colocado, com pouco mais de 10 milhões de votos – ou 44%. Na segunda colocação, Iván Cepeda, candidato do Pacto Histórico e do presidente Gustavo Petro, conquistou cerca de 9 milhões de eleitores – ou 41% –, definindo o embate do segundo turno. Bem abaixo das expectativas eleitorais, Paloma Valencia, representante do Centro Democrático e do Uribismo, ficou em terceiro, recebendo menos de 2 milhões de votos – ou 7%. Logo após a divulgação da pré-contagem dos votos – que não possui valor jurídico, mas, historicamente,

apresenta discrepâncias irrisórias com a contagem oficial -, Paloma Valencia e Álvaro Uribe declaram o apoio do Centro Democrático à Aberlardo De la Espriella. Em paralelo, Gustavo Petro, ao reforçar seu apoio à Iván Cepeda, foi acusado de influenciar o processo eleitoral. No dia 10 de junho, a presidente da Comissão de Investigações e Acusações da câmara legislativa colombiana, Gloria Arizabaleta, solicitou o afastamento do chefe de Estado por “utilizar o cargo de presidente para participar na controvérsia política e no processo eleitoral”. Por ser uma decisão inédita na história política colombiana e não apresentar uma sustentação jurídica, Petro seguiu como presidente e a parlamentar foi afastada pela Procuradoria-Geral por má conduta. Após pouco menos de um mês em campanha, no dia 21 de junho foi realizado o segundo turno das eleições presidenciais. Com uma das maiores participações da história política colombiana, 26 milhões de eleitores - ou 63% da população apta -, Abelardo De la Espriella foi declarado o vencedor do pleito com 12,9 milhões de votos (49,66%), contra 12,7 milhões (48,70%) de Iván Cepeda. Tal resultado, divulgado após a pré-contagem, foi contestado pela chapa de Cepeda, que decidiu aguardar a contagem oficial (escrutínio) para reconhecer a vitória de Abelardo, já que, além da ausência de valor jurídico, houve acusações de fraudes e uma diferença estreita entre os candidatos de aproximadamente 250 mil eleitores (0,9%) – a menor desde que o segundo turno foi instaurado na política colombiana, em 1994. Após a validação dos resultados pelo escrutínio, Cepeda reconheceu a vitória de Abelardo, o qual, pouco após a divulgação da pré-contagem, anunciou que, a partir de sua posse em 7 de agosto, a Colômbia entraria no Escudo das Américas. Representando um rompimento da política externa de Petro e a retomada de um alinhamento mais próximo com os EUA, Abelardo garantiu que ingressará no grupo de países nas Américas liderados pela direita. Em resposta aos primeiros anúncios do vencedor do pleito, Cepeda declarou, no dia 30 de junho, que promoverá uma campanha de desobediência civil pacífica, não reconhecendo a autoridade de Abelardo.

Fontes: [La Silla Vacía](#), 31/05/2026; [InfoBae](#), 03/06/2026; [El Tiempo](#), 10/06/2026; [El Tiempo](#), 11/06/2026; [La Silla Vacía](#), 21/06/2026; [El Tiempo](#), 21/06/2026; [BBC](#), 22/06/2026; [La Silla Vacía](#), 23/06/2026; [La Silla Vacía](#), 24/06/2026; [El Colombiano](#), 30/06/2026.

Keiko Fujimori vence eleição presidencial no Peru

O mês de junho de 2026 foi dominado, no Peru, pelo desfecho de uma disputa presidencial extremamente

acirrada, que durou quase três meses até a proclamação da vencedora. No dia 7 de junho, mais de 27 milhões de peruanos foram às urnas para o segundo turno entre Keiko Fujimori (Fuerza Popular) e Roberto Sánchez (Juntos por el Perú). O sistema digital STAE não foi utilizado após falhas registradas no primeiro turno. O pleito transcorreu, segundo a ONPE e o JNE, com normalidade, embora mais de sete milhões de eleitores tenham se absterido apesar da obrigatoriedade do voto. Nos primeiros dias de apuração, o resultado oscilou repetidamente entre os candidatos: Sánchez chegou a superar Fujimori quando o escrutínio chegava perto de 94%, impulsionado pelo voto rural do sul, centro e nordeste do país, mas a candidata do Fuerza Popular recuperou a dianteira em 11 de junho, com apenas 651 votos de vantagem sobre 98,2% das atas contabilizadas, sobretudo em razão da chegada dos votos no exterior, historicamente favoráveis ao fujimorismo. Ao longo da apuração, Rafael López Aliaga (Renovación Popular), terceiro colocado no primeiro turno, manteve a narrativa de fraude eleitoral que já sustentava desde abril, chegando a denunciar, em 8 de junho, que a ONPE estaria contabilizando votos "sem atas", acusação desmentida pelo próprio órgão eleitoral, que assegurou que todas as atas estavam disponíveis para consulta pública presencial e também pela plataforma de verificação *PerúCheck*. Em coletiva de imprensa realizada em 9 de junho, a chefe da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia, Annalisa Corrado, avaliou que a organização do pleito e a jornada eleitoral haviam transcorrido de forma adequada, mas que o período entre os dois turnos fora "eclipsado por uma narrativa de fraude" promovida por López Aliaga, sem que a missão tenha encontrado evidências que a sustentassem. A contagem oficial só foi concluída em 29 de junho, quando a ONPE contabilizou 100% das atas: Keiko Fujimori obteve 50,14% dos votos válidos (9.223.396 votos) contra 49,87% de Roberto Sánchez (9.174.192 votos), margem de cerca de 49,6 mil votos sobre um total de quase 19,7 milhões. Fujimori torna-se, assim, a primeira mulher eleita presidente do Peru, após quatro candidaturas e mais de 500 dias em prisão preventiva ao longo de sua trajetória política. A proclamação oficial pelo JNE foi realizada dia 3 de julho, e a posse, para o dia 28. Em paralelo, o Jurado Nacional de Eleições deu início à entrega das credenciais aos senadores e deputados eleitos que integrarão, a partir do dia 28, o primeiro Congresso bicameral do Peru em mais de três décadas.

Fontes: [RCR Perú](#), 27/05/2026; [Infobae](#), 31/05/2026; [Infobae](#), 08/06/2026; [Infobae](#), 09/06/2026; [Infobae](#), 09/06/2026; [CNN](#), 11/06/2026; [Infobae](#), 29/06/2026.

Terremotos na Venezuela são os mais letais na história do país

Em 24 de junho, dois terremotos de grande magnitude (7,2 e 7,5) atingiram o norte da Venezuela com menos de um minuto de intervalo entre eles. Desde o ano de 1900 não eram registrados tremores tão intensos, e a tragédia já é considerada a mais letal da história do país. O epicentro, no estado de La Guaira, provocou o colapso de prédios em Caracas e em cidades costeiras. A presidenta Delcy Rodríguez decretou estado de emergência nacional, suspendeu aulas e serviços não essenciais e declarou La Guaira "zona de desastre". Rodríguez também anunciou a criação de um fundo de US\$ 200 milhões com recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI) destinados à reconstrução de hospitais e à construção de moradias. Até 5 de julho haviam sido registradas 3.342 mortes, além de milhares de feridos e desaparecidos. Estimativas apontam mais de 58 mil edifícios destruídos. A resposta internacional foi ampla: segundo Gianluca Rampolla, coordenador da Organização das Nações Unidas (ONU) na Venezuela, 27 países mobilizaram cerca de 40 equipes de busca e resgate, somando mais de 2 mil militares e socorristas e mais de 160 cães farejadores. A ONU disponibilizou 10 mil sacos para corpos, na expectativa de que o número final seja menor. Entre os primeiros países a enviar ajuda estão EUA, Chile, Argentina e Israel, países cuja relação diplomática com a Venezuela é marcada por conflitos. O Brasil também se mobilizou: após conversa com Delcy Rodríguez, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o envio de uma missão humanitária de busca e resgate urbano. Em 30 de junho, o ministro da Defesa, José Múcio, reuniu-se com Delcy Rodríguez para reforçar o apoio humanitário, discutindo a reconstrução habitacional com participação da Caixa Econômica Federal e do Ministério das Cidades. Nessa data, a Força Aérea Brasileira (FAB) já havia realizado seu quinto voo humanitário.

Fontes: [G1](#), 24/06/2026; [Nexo Jornal](#), 25/06/2026; [Carta Capital](#), 25/06/2026; [Efecto Cocuyo](#), 29/06/2026; [The Guardian](#), 30/06/2026; [Carta Capital](#), 30/06/2026.

Noboa amplia regime de exceção e proteção legal a agentes estrangeiros em meio a contestações jurídicas e críticas da ONU

Durante o mês de junho, Daniel Noboa intensificou a agenda de segurança interna e cooperação militar com os Estados Unidos. Em 11 de junho, chegou aos EUA para tratar de combate ao crime organizado transnacional; em 15 de junho, reuniu-se no Pentágono com Pete Hegseth, encontro citado pelo próprio Noboa como antecedente das novas medidas. No plano interno, em 16 de junho, Noboa assinou o Decreto Executivo 423, declarando estado de exceção por “grave comoção interna” em dez províncias e três cantões, após o registro de 879 homicídios entre 1º de maio e 12 de junho. O decreto autorizou buscas domiciliares e interceptações de comunicações sem ordem judicial diante de indícios de atuação de grupos armados. No dia seguinte, 18 de junho, Noboa publicou o Decreto Executivo 424, reconhecendo novamente a existência de um “conflito armado interno” e ampliando a proteção legal a militares, policiais, civis e agentes estrangeiros envolvidos em operações de segurança. A medida prevê imunidade para tropas estrangeiras e permite indultos, reduções ou comutações de pena a agentes envolvidos nessas ações. O decreto foi contestado por seu conteúdo e seu procedimento jurídico. Em 23 de junho, chegou à Corte Constitucional a primeira demanda de inconstitucionalidade, apresentada por Andrés Albuja Batallas, economista e analista político independente. A ação sustenta que o governo tenta evitar o controle automático da Corte, que já havia questionado a continuidade da narrativa de “guerra interna”. No mesmo dia, a ONU cobrou investigação independente sobre a morte da ativista Monika Koniuszek e maior proteção a defensores de direitos humanos.

Fontes: [Primicias](#), 12/06/2026; [Infobae](#), 16/06/2026; [El Universo](#), 18/06/2026; [France 24](#), 19/06/2026; [El País](#), 19/06/2026; [Infobae](#), 21/06/2026; [NODAL](#), 23/06/2026; [Primicias](#), 29/06/2026.

Uruguai fortalece sua liderança regional e a inserção global do país

No mês de junho, o governo do Uruguai buscou projetar internacionalmente sua imagem e fortalecer a política externa do país, aproveitando

os eventos realizados tanto na região, quanto no plano internacional. No dia 17 de junho, o Uruguai promoveu um evento, denominado Uruguay Day, nos Estados Unidos, realizado paralelamente à Copa do Mundo, sediada no país. O evento teve como objetivo posicionar o Uruguai como um destino de destaque para o turismo, os investimentos, a inovação, a cultura e as exportações. A iniciativa reuniu autoridades norte-americanas e uruguaias, além de representantes do setor empresarial, privado e esportivo. Em seu discurso, o ministro das relações exteriores, Mario Lubetkin, destacou o perfil produtivo e exportador do país, afirmando que o Uruguai é “aberto ao mundo; um país que respeita as normas, trabalha em equipe e se empenha constantemente em alcançar excelência”. Além desse encontro, no dia 9 de junho, os países se reuniram no evento organizado pela Câmara de Comércio Uruguai-EUA, em Montevideo. Na ocasião, Lubetkin voltou a reforçar a imagem do Uruguai como um “jogador global”, ressaltando a estabilidade, a credibilidade e a confiança que o país transmite aos parceiros internacionais. O chanceler também enfatizou que a agenda internacional uruguaia é desenvolvida simultaneamente com os EUA, Europa, Ásia, os países do Golfo e em outros espaços multilaterais. No dia 30 de junho, o Uruguai assumiu a presidência pro tempore do MERCOSUL. Em seu discurso, o presidente Yamandú Orsi destacou a oportunidade de tornar o bloco “mais moderno, mais dinâmico e mais aberto ao mundo”, ressaltando que uma das prioridades da presidência uruguaia será impulsionar e implementar novos acordos comerciais com diferentes parceiros. Nesse contexto, mencionou o avanço das negociações com a EFTA e a União Europeia, bem como o interesse em aprofundar as relações com países como Canadá, Emirados Árabes Unidos, Japão, Vietnã e Índia. Em preparação para essa agenda, um dia antes de assumir a presidência do bloco, Orsi reuniu-se com o ministro do Comércio Exterior dos Emirados Árabes Unidos, Thani bin Ahmed Al Zeyoudi, para discutir oportunidades de cooperação comercial. Ainda no âmbito da Cúpula do MERCOSUL, os chanceleres do Uruguai, Paraguai e Bolívia assinaram um comunicado conjunto reafirmando o compromisso com o Acordo de Santa Cruz de la Sierra sobre Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai–Paraná, com o objetivo de facilitar a navegação nos rios da região. Como resultado do encontro, os três países comprometeram-se a fortalecer a integração logística e portuária, facilitar a navegação regional, impulsionar a mobilidade

humana, promover o desenvolvimento social e o bem-estar ao longo do corredor fluvial e consolidar uma agenda de trabalho conjunta junto do setor empresarial. Além disso, foi acordada a reativação do mecanismo de cooperação URUPABOL (Uruguai, Paraguai e Bolívia), cuja coordenação passará a ser exercida pela Bolívia. No âmbito dessa iniciativa, o Uruguai reiterou seu compromisso de facilitar o acesso ao mar para Bolívia e Paraguai por meio de facilidades portuárias, reforçando a integração regional e a cooperação logística entre os três países.

Fontes: [Grupo Multimedio](#), 09/06/2026; [Uruguay XXI](#), 18/06/2026; [Presidencia Uruguay](#), 29/06/2026; [Presidencia Uruguay](#), 29/06/2026; [Presidencia Uruguay](#), 30/06/2026.

68ª Cúpula do Mercosul debate integração regional, terremotos na Venezuela, crise na Bolívia e “assimetrias” comerciais

Reunidos em Assunção, no Paraguai, líderes sul-americanos participaram da 68ª Cúpula do Mercosul que tratou sobre diversos temas, desde a crise na Bolívia, passando por manifestações de solidariedade às vítimas dos terremotos que atingiram a Venezuela até comentários sobre as exportações para a União Europeia. Na véspera do encontro de chefes de Estado, durante reunião do Conselho do Mercado Comum, o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, destacou que violações da Tarifa Externa Comum podem provocar uma revisão do processo de integração, criticando indiretamente o acordo firmado entre Argentina e Estados Unidos em fevereiro desse ano que prevê redução de tarifas comerciais e acesso à minerais críticos no país vizinho. Na mesma ocasião, o ministro anunciou que o Brasil destinará cerca de US\$ 100 milhões anualmente para o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, o FOCES. O anúncio dialoga com as recentes discussões sobre uma possível revitalização do FOCES para o incremento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento dos países do Mercosul. Por fim, os chanceleres mercosulinos respaldaram o governo de Rodrigo Paz na Bolívia, condenando os recentes atos de violência e a interrupção de serviços essenciais. Eles pediram pela preservação da estabilidade democrática, do Estado de Direito e da convivência pacífica no país. Na abertura da Cúpula de presidentes, Santiago Peña

fez uma fala contundente e criticou o processo de distribuição de cotas de exportação para produtos destinados ao bloco europeu. Peña disse que nem todos os países possuem os “mesmos mercados, as mesmas indústrias, nem a mesma logística” e que o Mercosul precisa ser confiável em seus processos internos. O presidente do Brasil, por sua vez, destacou que o bloco sul-americano é “uma necessidade estratégica” e que “o processo de integração sul-americano deve estar acima de ideologias”, além disso afirmou que “ninguém é dono da América do Sul”. Ao citar negociações comerciais em curso com Canadá, Índia e Vietnã, Lula mencionou que o bloco também pretende se aproximar da China. Outro ponto relevante da Cúpula foi a ausência do presidente da Argentina, Javier Milei. Na véspera do encontro de presidentes do Mercosul, Milei se encontrou com Flávio Bolsonaro em Buenos Aires. Durante a visita do pré-candidato, o mandatário argentino declarou apoio à Flávio nas eleições e depois ambos participaram da conferência da Israel Allies Foundation na capital argentina. A ausência de Milei foi contrastada com as presenças dos presidentes do Chile, José Antonio Kast, e do Equador, Daniel Noboa, sendo esta a primeira visita de ambos ao Paraguai. Em sua intervenção, Kast defendeu o combate ao crime organizado como uma prioridade regional, indicando a necessidade da criação de uma arquitetura regional de segurança. Por outro lado, Noboa propôs uma maior integração entre o Mercosul e a Comunidade Andina, mediante redução de tarifas alfandegárias e não-alfandegárias e atualização do Acordo de Complementação Econômica Nº 59 (ACE 59) em prol de uma “modernização” de procedimentos e uma maior integração econômica intrarregional. Assim como Kast, também citou a segurança como uma das agendas prioritárias na região. Ao fim da Cúpula, o Uruguai assumiu a presidência pro tempore do bloco. Segundo o presidente Yamandú Orsi, as prioridades serão a implementação definitiva do acordo com a União Europeia e a abertura comercial rumo à Ásia.

Fontes: [Opera Mundi](#), 30/06/2026; [Opera Mundi](#), 30/06/2026; [G1](#), 30/06/2026; [Poder 360](#), 30/06/2026; [La Diaria](#), 30/06/2026; [Ambito](#), 30/06/2026; [Infobae](#), 30/06/2026; [La Tercera](#), 30/06/2026; [El Mostrador](#), 30/06/2026; [Infobae](#), 01/07/2026; [Opera Mundi](#), 01/07/2026; [Infobae](#), 01/7/2026.

